

**PROTOCOLO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E
DIVULGAÇÃO DO IMPACTO DOS FEEI NOS PROJETOS APOIADOS PELO
FACTOR C – DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA**

----- PRIMEIRO: **MUNICÍPIO DE CASCAIS**, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva número 505 187 531, com sede na Praça 5 de Outubro, 2754-501 Cascais, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, **CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS**, casado, natural da freguesia Santos-o-Velho, concelho de Lisboa, titular do cartão de cidadão número 06010262 4 ZX6, válido até 30 de maio de 2029, com domicílio profissional na morada acima mencionada, nos termos do número 1 do artigo 57º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro e com os poderes resultantes do disposto nas alíneas a) e b) do número 1 e da alínea f) do número 2 do artigo 35º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- SEGUNDO: **FREGUESIA DE ALCABIDECHE**, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva número 507 014 235, com sede na Praceta do Moinho, 2645-060 Alcabideche, representada neste ato pelo Presidente da Junta de Freguesia, **JOSÉ FILIPE MARQUES RIBEIRO**, casado, natural da freguesia da Pena, concelho de Lisboa, titular do cartão de cidadão número 08155205 0 ZX5, válido até 3 de abril de 2028, com domicílio profissional na morada acima mencionada, nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com poderes para este ato, qualidade e poderes que provou com a apresentação da Ata da Instalação da Assembleia de Freguesia, de 14 de outubro de 2021 para o mandato 2021-2025, documentos cuja fotocópia se arquiva na Pasta do Oficial Público. -----

----- SEGUNDO: **FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA**, titular do cartão de

identificação de pessoa coletiva número 506 844 781, com sede na Rua Dom Duarte de Menezes, n.º 12, 2785-582 São Domingos de Rana, representada neste ato pelo Presidente da Junta de Freguesia, **FERNANDO JORGE FERREIRA MARQUES**, casado, natural da freguesia de S. João de Deus, concelho de Lisboa, titular do cartão de cidadão número 06282952 1 ZY0, válido até 6 de junho de 2029, com domicílio profissional na morada acima mencionada, nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 18º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com poderes para este ato, qualidade e poderes que provou com a Ata da Instalação da Assembleia para o mandato 2021/2025, de 18 de outubro de 2021, documento cuja fotocópia se arquivou a 29 de dezembro de 2021 na Pasta do Oficial Público, adiante designada por Terceiro Outorgante. -----

----- QUARTO: **TESE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PELA TECNOLOGIA, ENGENHARIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO**, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva número 506 007 910, com sede na Avenida do Brasil, n.º 155 A, 1700-067 Lisboa, representada neste ato pelo Presidente, **LUIS MANUEL FARINHA DE MATOS MARTINS**, solteiro, maior, natural da freguesia de Albufeira, concelho de Faro, titular do cartão de cidadão n.º 12650290 0 ZX5, válido até 30 de janeiro de 2031 e pela Vogal de Direção, **NÁDIA FILIPA NICOLAU LEITÃO**, divorciada, natural da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, titular do cartão de cidadão n.º 11750443 2 ZW8, válido até 31 de março de 2030, ambos com domicílio profissional na morada acima mencionada, com poderes para este ato, qualidade e poderes que provaram com a apresentação dos Estatutos e sua alteração publicados a 12 de março de 2021, a Ata n.º 22 de eleição para o mandato 2021-2023, realizada em 22 de julho de 2021 e a ata n.º 24 de nomeação de novos membros da direção, realizada a 28 de abril de 2022 e termos de aceitação e tomada de posse, documentos cujas fotocópias se arquivam na Pasta do Oficial Público, adiante designado por Quarto Outorgante. -----

----- **Considerando que:** -----

- a) O FatorC integra uma Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), construída pelo Grupo de Ação Local (GAL), que visa estimular a coesão social e económica das freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana, através da contribuição para o aumento no número de pessoas empregadas e o número de jovens com percursos educativos e formativos completos; -----
- b) Foi aprovada em 18 de maio de 2022, pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Assistência Técnica (POAT2020), a Candidatura “Impacto dos FEEI nos projetos apoiados pelo FatorC” ao Programa Operacional de Assistência Técnica, nos termos do Aviso de Candidatura n.º POAT-77-2022-01, nos termos constantes do Anexo 1 (Termo de Aceitação e respetivo anexo) que faz parte integrante do presente Protocolo; -----
- c) A taxa de cofinanciamento FEDER proposta é de 80%, a qual corresponde à taxa máxima de cofinanciamento prevista no ponto 6.2 do referido Aviso de Candidatura n.º POAT-77-2022-01, e que aplicada ao montante de despesa total elegível € 24.995,96, corresponde a um montante FEDER de € 19.995,96; -----
- d) Os outorgantes asseguram que os objetivos da operação inerentes às ações propostas estão alinhados com o Objetivo Específico 1.4 – Garantir uma ampla informação e comunicação do Portugal 2020 e dos FEEI, previstos no Eixo prioritário 1 do POAT, e valorizam no seu todo a coerência dos objetivos da EDL, construída e validada por todos os parceiros do GAL para o desenvolvimento dos territórios de Alcabideche e São Domingos de Rana; -----
- e) O PRIMEIRO, A SEGUNDA e A TERCEIRA OUTORGANTES, que integram o GAL do Factor C, foram parceiros essenciais na definição das ações previstas em sede de candidatura e valorizam a complementaridade das intervenções como uma

oportunidade para o desenvolvimento dos seus territórios;-----

- f) A QUARTA OUTORGANTE, na qualidade de entidade gestora do FatorC, também se disponibiliza para a gestão e promoção das ações previstas na candidatura, garantindo a integração de todo o enquadramento e dinâmicas desenvolvidas;-----
- g) As propostas de apoio financeiro para a implementação das ações de divulgação e comunicação previstas foram analisadas e discutidas entre todos os outorgantes tendo ficado em aberto a possibilidade de o valor do financiamento vir a ser inferior caso na prestação de contas da QUARTA OUTORGANTE se verifique uma execução orçamental no projeto inferior a 100%;-----
- h) O PRIMEIRO OUTORGANTE dispõe de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º, n.º 2, alínea m) do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, competindo à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos estabelecidos na alínea u) do número 1, do artigo 33.º, do anexo I, do referido diploma. -----

----- É celebrado o presente Protocolo, aprovado por deliberação camarária de 6 de setembro de 2022, que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

----- **PRIMEIRA** -----

----- **(Objeto)** -----

1. O presente Protocolo visa regular o processo de implementação das ações de comunicação e divulgação de boas práticas e dos resultados do programa de Desenvolvimento Local de Base Comunitária FatorC – Alcabideche e São Domingos de Rana, da responsabilidade dos PRIMEIRO, SEGUNDA, TERCEIRA E QUARTA OUTORGANTES, em parceria com todos os parceiros do GAL –

Grupo de Ação Local.-----

2. Para efeitos do presente Protocolo, as ações referidas no número anterior têm como objetivo elevar o reconhecimento e valorização do papel da UE e importância dos FEEI, enquanto fonte de financiamento dos seus projetos, e demonstrar o impacto dos mesmos no desenvolvimento das freguesias do FatorC (Alcabideche e São Domingos de Rana): -----

a) **Ação 1 - Relato fotográfico do impacto do FatorC:** reportagem fotográfica com os projetos dos beneficiários, onde se dará destaque à equipa, aos parceiros, aos equipamentos do projeto, ao local onde decorrem as atividades da organização e à comunicação do apoio dos fundos associados ao respetivo projeto (FSE/FEDER). Esta reportagem dará origem à campanha de comunicação “FatorC na Estrada”; -----

b) **Ação 2 – Produção de um livro de testemunhos dos seus beneficiários (físico e digital):** o livro incluirá fotografias dos projetos, bem como os testemunhos dos promotores sobre o que destacaram como mais importante no projeto e apoio dos fundos, que impacto está a ter/teve no negócio/organização a linha de financiamento do FatorC, evidenciando as metas atingidas (postos de trabalho criados, parcerias estabelecidas, equipamento adquiridos);-----

c) **Ação 3 – Evento FatorC CONECTA:** criação e organização de um evento que incluirá momentos distintos: conferências, exposição de produtos e serviços dos promotores dos projetos acompanhados pelo FatorC, apresentação por empresários de novas ideias de negócios, partilha de testemunhos e experiências, boas práticas dos projetos, vídeo booth com mensagens chave dos participantes, entrega de livros aos beneficiários do FatorC, workshops temáticos, criação de rede/networking entre beneficiários, financiadores, parceiros locais e

comunidade. Este evento será publicitado na imprensa, site e redes sociais. Durante o evento será efetuado um vídeo com os vários momentos, serão tiradas fotografias no auditório e restantes espaços onde decorrerem as ações mencionadas. Através da captação de vídeo e imagens, serão elaboradas publicações e divulgadas, ao longo de vários dias seguintes ao evento. -----

----- **SEGUNDA** -----

----- **(Obrigações dos Outorgantes)** -----

1. O PRIMEIRO, SEGUNDA E TERCEIRA OUTORGANTES comprometem-se a: ---
 - a) Promover a implementação das Ações 1, 2 e 3; -----
 - b) Divulgar a iniciativa pelos parceiros que intervenham nos territórios das freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana; -----
 - c) Acompanhar e avaliar o processo; -----
 - d) Apoiar financeiramente a implementação das Ações do FatorC, de acordo com o estipulado na Cláusula Terceira. -----
2. Constituem obrigações da QUARTA OUTORGANTE: -----
 - a) Garantir a implementação da campanha “FatorC na Estrada”, através da reportagem fotográfica aos projetos dos beneficiários; -----
 - b) Assegurar a produção de um livro de testemunhos dos beneficiários do FatorC, evidenciando as metas alcançadas, bem como a respetiva divulgação e partilha com parceiros, financiadores e comunidade; -----
 - c) Promover a organização do evento “FatorC Conecta”, garantindo a participação e a criação de sinergias entre as comunidades de Alcabideche e de São Domingos de Rana – atores locais, beneficiários, parceiros, financiadores, investidores; -----
 - d) Garantir o desenvolvimento de suportes de comunicação (vídeos do evento, testemunhos e reportagem fotográfica) que permitam evidenciar os resultados e

relevância dos FEEI, através da divulgação por vários canais de comunicação (imprensa, redes sociais, site, email); -----

e) Garantir a comunicação do apoio financeiro pela Câmara Municipal de Cascais, Junta de Freguesia de Alcabideche e Junta de Freguesia de São Domingos de Rana às ações do presente protocolo; -----

f) Promover a parceria e trabalho em rede e garantir a participação ativa dos membros do GAL, das entidades e indivíduos do território no planeamento e operacionalização das ações propostas. -----

----- TERCEIRA -----

----- (Financiamento) -----

1. O montante global de financiamento máximo a atribuir pelo PRIMEIRO, SEGUNDA E TERCEIRA OUTORGANTES é no valor de € 5.000,00 (cinco mil euros), distribuídos de acordo com o seguinte quadro de financiamento do FatorC: ---

Ações	Custo total	Valor cofinanciamento FEDER	Financiadores		
			CMC	JF Alcabideche	JF SDR
Ação 1	5 456,28	4 364,85	545,72	272,86	272,86
Ação 2	4 501,80	3 601,29	450,25	225,13	225,13
Ação 3	15 037,88	12 029,82	1 504,03	752,02	752,02
Total	24 995,96	19 995,96	2 500,00	1 250,00	1 250,00
% cofinanciamento		80%	10%	5%	5%

----- Discriminado por componente da despesa e respetivos custos: -----

Componente/Designação	Ação 1: Relato fotográfico do impacto do FatorC	Ação 2: Produção do livro de testemunhos beneficiários FatorC	Ação 3: Evento FATORC CONNECTA
1. Despesas com Pessoal	1 476,00 €	1 476,00 €	3 394,80 €
6. Deslocações e Estadas	597,78 €	0 €	358,67 €
10. Publicidade e Divulgação	0 €	369,00 €	4 449,53 €
12. Outros Serviços	3 382,50 €	2 656,80 €	6 834,89 €
Total	5 456,28 €	4 501,80 €	15 037,88 €

2. O financiamento atribuído pela PRIMEIRA, SEGUNDA e TERCEIRA OUTORGANTES deverá ser transferido para a QUARTA OUTORGANTE em 1 tranche, após a assinatura do protocolo. -----

----- **QUARTA** -----

----- **(Comunicações)** -----

----- Todas as comunicações e notificações emergentes do presente Protocolo ou em conexão com ele, para serem válidas, terão de ser efetuadas por escrito e dirigidas para a sede dos representantes dos ora outorgantes, salvo se qualquer delas tiver comunicado por escrito a alteração do respetivo domicílio, caso em que será esse que vinculará. -----

----- **QUINTA** -----

----- **(Alterações e/ou Revisão)** -----

1. Todas as propostas de alteração ou revisão serão aditadas ao presente Protocolo, dele passando a fazer parte integrante, dentro dos limites legalmente estabelecidos.
2. Quando ocorra alteração anormal e imprevisível das circunstâncias que determinaram os termos do presente Protocolo, ou face à superveniência de factos decorrentes daquela alteração não previstos no mesmo, devem os outorgantes acordar na revisão dos referidos termos. -----

----- **SEXTA** -----

----- **(Resolução)** -----

1. O PRIMEIRO OUTORGANTE pode resolver o presente Protocolo, caso se verifique um incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações por parte das demais outorgantes, devendo contudo adverti-la(s) previamente para a situação de incumprimento, e conceder-lhe(s) um prazo razoável para cumprir, sob pena de resolução do contrato. -----
2. A SEGUNDA, TERCEIRA e QUARTA OUTORGANTES poderão denunciar o

presente protocolo, sem que recebam qualquer quantia a título de indemnização, devendo para o efeito notificar o PRIMEIRO OUTORGANTE com um aviso prévio de 90 (noventa) dias, implicando o pagamento de participações financeiras relativamente a todas as despesas executadas até à data da notificação.--

3. Sem prejuízo do disposto no número 1, o PRIMEIRO OUTORGANTE pode resolver o Protocolo por razões de interesse público, devidamente fundamentado, ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias. -----
4. Sem prejuízo do disposto nos números 1, 2 e 3, as atividades ou ações em curso à data da comunicação da resolução deverão continuar nos termos e prazos estabelecidos até à sua integral conclusão. -----
5. A resolução deverá ser notificada à(s) contraparte(s) através de carta registada com aviso de receção.-----

----- SÉTIMA -----

----- (Dúvidas e Omissões) -----

----- As dúvidas e omissões resultantes da interpretação, validade ou aplicação das cláusulas deste Protocolo serão resolvidas casuisticamente, por acordo entre os seus Outorgantes, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objeto expresso na Cláusula Primeira. -----

----- OITAVA -----

----- (Contencioso) -----

----- Os litígios emergentes da execução do presente Protocolo serão dirimidos pelo Tribunal territorialmente competente, em razão da matéria. -----

----- NONA -----

----- (Prazo de Vigência) -----

----- O presente Protocolo vigorará até 31 de dezembro de 2022, iniciando a sua vigência

na data da sua assinatura.-----

----- Foram advertidos os outorgantes que este protocolo fica dispensado de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea h) do número 1 do artigo 47.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.-----

----- O encargo resultante no montante global de € 2.500,00, tem cabimento n.º 115507 e compromisso n.º 166525, na dotação prevista no Capítulo Orgânico 02 - Capítulo económico 04 – Grupo 07 – Artigo 01, do Orçamento da Câmara Municipal de Cascais, para o corrente ano económico.-----

----- Arquivam-se na Pasta do Oficial Público, a declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., em 15 de setembro de 2022 (válida por seis meses) com o NISS 20006033861 e a certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Lisboa-8, em 15 de setembro de 2022 (válida por seis meses).-----

----- E, para constar se lavrou este Protocolo que vai ser assinado por todos os intervenientes, e por mim, Vitor Manuel de Jesus Augusto, na qualidade de substituto do Oficial Público, nomeado pelo despacho do Presidente da Câmara Municipal, n.º 39/2016, de 25 de julho.

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-020

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
506007910	TESE - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PELA TECNOLOGIA, ENGENHARIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO
Morada (Sede Social)	
Avenida do Brasil Nº 155-A	
Código Postal	Localidade
1700-067	LISBOA
NUT III	NUT II
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa
Telefone	E-mail
918786450	info@tese.org.pt
Telefax	

213868405

URL

Tipologia de Beneficiário

<http://www.tese.org.pt/>

ONG - Organização Não Governamental

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Helena Quoniam Vicente Pereira Gata

Telefone Responsável

213868404

Cargo Responsável

Diretora

Telemóvel Responsável

918786450

Serviço/Departamento

TESE Portugal

Email Responsável

h.gata@tese.org.pt

Email Alternativo

info@tese.org.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

1. Atividades desenvolvidas pelos parceiros: O GAL é constituído por 45 parceiros (24% de entidades públicas e 64% de associações/ fundações privadas e 18% de cooperativas), dos quais 36 atuam ao nível da "Inclusão ativa com vista à promoção da igualdade de oportunidades, participação ativa e a melhoria da empregabilidade", 29 da "Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primária e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação" e 18 da "Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras".

Na 2ª fase de candidatura foram incluídos 2 novos membros de GAL (envolvidos na 1ª fase, mas sem capacidade de entregar a documentação necessária atempadamente). 30 parceiros têm como público alvo crianças/jovens, 9 pessoas idosas, 11 pessoas com deficiência e/ou doença do foro mental e 29 outros públicos (pessoas desempregadas, imigrantes, carência socioeconómica, etc.). Releva-se a diversidade de temáticas abrangidas e a potencial complementaridade de futuras ações.

2. Gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local: A entidade gestora (TESE) tem 12 anos de experiência na gestão e promoção de projetos nacionais e internacionais, com financiamentos públicos, e.g. Fundo Europeu de Desenvolvimento, Comissão Europeia (CE), Banco Mundial (BC), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), EQUAL, QREN (POAT e POPH), Alto Comissariado para a Saúde, Camões – Instituto para a Cooperação e da Língua (Camões ICL), assim como de fundos privados. Sublinha-se a execução eficiente dos fundos atribuídos, resultando na elegibilidade de gastos sempre acima de 90% e na obtenção de relatórios de auditoria positivos (Cf. Anexo 6). Com o objetivo de manter esta eficiência, a TESE possui uma unidade orgânica de controlo de gestão, que tem sido reforçada nos últimos 2 anos, contando neste momento com 5 Recursos Humanos (RH) que assumem tarefas de contabilidade, fiscalidade, gestão financeira e operações de tesouraria, gestão e controle orçamental, gestão operacional de RH, de sucursais e apoio jurídico. A equipa detém elevada experiência na gestão e prestação de contas de fundos públicos, bem como na realização de auditorias internas e acompanhamento de auditorias externas (contas auditadas desde 2007). A TESE reforçará esta equipa de modo a garantir a melhor eficiência de análise, decisão e acompanhamento das operações a financiar, durante todo o período de elegibilidade das despesas da implementação da EDL.

Exemplos de fundos geridos pela TESE (projetos, datas de execução e total do orçamento): Assistência técnica à Direção Nacional de Águas (Angola, 2010-14), Fundo Europeu de Desenvolvimento, 6.337.461,00€; Programa Comunitário Acesso a Energias Renováveis – planeamento, modelo de gestão, sistema de produção/distribuição e capacitação da comunidade local (Guiné-Bissau, 2011-15), Fundo Europeu de Desenvolvimento e Camões ICL, 2.140.724,20€; EQUAL – Valorização e disseminação de inovação social – iniciativa de encerramento nacional EQUAL (Portugal, 2008), EQUAL–FSE, 2.350.000,00€; Bafatá Misti Mas lagu – Abastecimento de Água à Cidade de Bafatá II (Guiné-Bissau, 2012-15), CE, Programa ANE e Camões ICL, 751.796,00€; ORIENTA.TE – promoção da empregabilidade jovem (Cascais/ Portugal, 2008-15), Câmara Municipal de Cascais e Programa Escolhas, 603.760,91€; Supervisão de instalações PV em escolas, centros de saúde e vilas (Moçambique, 2013-16), BC - International Development Association através do FUNAE, 655.000,00€; Necessidades em Portugal - estudo de identificação de oportunidades de investimento em respostas criativas e socialmente inovadoras para as necessidades não satisfeitas, (Portugal, 2008-10), POAT-QREN, 400.000,00€; MAIS – projeto de capacitação das organizações da economia social (Portugal, 2012-16), Fundação Montepio e EEA Grants – Programa Cidadania Ativa/ Fundação Calouste Gulbenkian, 301.381,25€; Promoção do investimento em pequenas e médias tecnologias de energia renovável, no setor da eletricidade, (Guiné-Bissau, 2015-16), ONUDI, 175.612,52€; Faz-te ao Mercado – Estudo sobre o Desencontro entre a Procura e a Oferta de Competências no Mercado de Trabalho e a sua Relação com a Empregabilidade Jovem, (Portugal, 2013-14), POAT-QREN, 67.744,86€

Além da entidade gestora, 30 parceiros do GAL têm experiência na gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local e 24 na gestão de financiamento comunitário, e.g. COMPETE, DG Employment, ERASMUS, Leonardo da Vinci, POSI, POVT, POSC, Interreg IV – Craft Industry PROGRESS, EQUAL, PIEF, POAT e POPH. O histórico de atuação da Entidade Gestora e dos restantes parceiros do GAL comprovam a elevada capacidade de gestão de fundos e políticas de desenvolvimento, tendo em vista os resultados propostos na EDL.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
000000000	Comissão Proteção de Crianças e Jovens de Cascais	30/12/2000	30/12/2000	88990	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
500594120	CERCICA- Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais	01/12/1976	01/12/1976	88102	Cooperativa
500903140	AECC - Associação Empresarial do Concelho de Cascais	01/03/1913	31/07/1975	65112	Pessoa Colectiva de Utilidade pública
500910227	CARITAS DIOCESANA DE LISBOA	23/06/1976	23/06/1976	91310	Instituição Particular de Solidariedade Social
500987483	Centro Social e Paroquial S. Domingos de Rana	04/08/1961	01/01/1986	88990	Instituição Particular de Solidariedade Social
500997128	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carcavelos - S. Domingos de Rana	02/06/1911	17/04/1995	84250	Associação de Utilidade Pública Administrativa
501063692	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alcabideche	17/04/1927	17/04/1927	84250	Associação de Utilidade Pública Administrativa
501290800	RUMO - COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL CRL	26/08/1981	01/10/1981	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501313672	Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), CRL	08/06/1982	08/06/1982	85420	Cooperativa
501428925	ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA LUSO-ALEMÃ	09/02/1984	01/07/1987	88910	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	29/12/1979	29/12/1979	84130	Institutos Públicos
501823662	Fundação Portuguesa para o Estudo, Prevenção e Tratamento da Toxicodependência	03/12/1986	03/12/1986	87100	Fundação
501867139	Associação Idosos e Deficientes do Penedo	01/01/1993	01/01/1993	88101	Associação
501914625	ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO E INTEGRAÇÃO PSICOSOCIAL	09/10/1987	09/10/1987	87200	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502069635	Alzheimer Portugal – Casa do Alecrim	28/11/1988	28/11/1988	65112	Instituição Particular de Solidariedade Social
502555351	Associação de Idosos de Santa Iria	12/04/1991	12/04/1991	88101	Associação
502690020	ARIA - Associação Reabilitação Integração Ajuda	12/07/1991	12/07/1991	94995	Instituição Particular de Solidariedade Social
502826134	C.E.S.I.S.-CENTRO DE ESTUDOS PARA A INTERVENÇÃO SOCIAL	30/01/1992	12/06/1992	72200	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
502881615	Associação Juvenil Linha de Cascais Rota Jovem	10/11/1992	27/10/1997	88990	Associação
503340189	Horizonte – Cooperativa de Solidariedade Social e de Ensino CRL	18/10/1994	18/10/1994	88910	Cooperativa
503743712	Fundação Champagnat	15/05/1995	15/05/1995	91333	Fundação
504382101	C.R.I.D. – Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes	01/03/2000	02/05/2000	88990	Associação
504617990	Fundação O Século, ao Serviço da Infância Desprotegida	03/04/1998	03/04/1998	87901	Fundação
505187531	MUNICÍPIO DE CASCAIS	01/01/1995	01/01/1995	84113	Autarquias Locais
505305500	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	07/12/2000	01/01/2001	84300	Institutos Públicos

506007910	TESE - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PELA TECNOLOGIA, ENGENHARIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO	28/10/2002	30/12/2002	94120	ONG - Organização Não Governamental
506285871	CADIN Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil	06/01/2003	02/06/2003	88990	Associação
506844781	Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana	01/01/1986	01/01/1986	84113	Organismo da Administração Pública
506870081	Associação Juvenil de M Jovens	28/05/2004	28/05/2004	94995	Associação Juvenil
507014235	Junta de Freguesia de Alcabideche	22/01/1841	22/01/1841	84113	Organismo da Administração Pública
507712510	Centro Social da Paróquia de Nossa Senhora da Abóboda	03/07/2007	03/07/2007	88990	Pessoa Colectiva Religiosa
507858123	ASSOCIAÇÃO SSVV SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO	16/02/2007	16/02/2007	94995	Associação
508230217	SEACOOOP - SOCIAL ENTREPRENEURS AGENCY, CRL	22/08/2007	04/09/2007	88990	Cooperativa
508674484	ASSOCIAÇÃO IES - INSTITUTO DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL	19/12/2008	01/04/2009	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
509148280	PRESSLEY RIDGE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	29/12/2004	29/12/2004	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509928676	ASSOCIAÇÃO DE RESPOSTAS EDUCATIVAS E SOCIAIS À COMUNIDADE ARESC	29/06/2011	16/08/2011	94995	ONG - Organização Não Governamental
510166822	Fundação Salesianos	24/09/2010	24/09/2010	85593	Fundação
510900631	Fundação A.J.U. – Jerónimo Usera	14/02/2014	14/02/2014	88990	Fundação
510989233	Associação Reagir para Mudar	31/01/2014	31/01/2014	88990	Associação de Direito privado
513061231	AGÊNCIA DNA CASCAIS - CASCAIS UM CONCELHO EMPREENDEDOR	27/07/2006	27/09/2006	94995	Associações Públicas
513100423	Rede Solidária Ibn Mucana	21/05/2014	21/05/2014	88990	Associação

600074366	Agrupamento de Escolas Ibn Mucana	24/06/2010	24/06/2010	85201	Organismo da Administração Pública
600074951	Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo	17/07/2003	17/07/2003	85310	Organismo da Administração Pública
600074960	Agrupamento de Escolas de Alcabideche			85201	Organismo da Administração Pública
600082768	Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo de Azevedo	01/09/1989	01/09/1989	85201	Organismo da Administração Pública

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Área Metropolitana de Lisboa

Grupo Ação Local

Urbano

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Cascais	São Domingos de Rana	50,00%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Cascais	Alcabideche	50,00%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

Inserido na AML, o concelho de Cascais é atualmente constituído por 4 freguesias – Alcabideche, Cascais-Estoril, Carcavelos-Parede, São Domingos de Rana (SDR). Com base na análise das dinâmicas socioterritoriais do concelho a presente EDL considera uma divisão litoral/interior no que diz respeito à escolha dos territórios de incidência: Alcabideche e SDR, freguesias localizadas no interior que apresentam características que as distinguem claramente das restantes.

Estas 2 freguesias registaram o maior crescimento em termos populacionais, dando conta da crescente fixação de famílias neste território. Para além do aumento dos alojamentos familiares (44% e 71,5% entre 2001 e 2011, em Alcabideche e SDR), estas freguesias registam também a média mais elevada de elementos por família (2,6 elementos) e o maior n.º de famílias monoparentais (46% da totalidade do concelho, Censos, 2011). As 2 freguesias têm uma proporção elevada de habitantes jovens (10918 jovens, 11% da pop. residente no território), apesar da tendência transversal de envelhecimento da população. O território de incidência da EDL integra 26 localidades das 2 freguesias (de um total de 44 unidades de análise):

- Abuxarda, Adroana, Alcabideche, Alcoitão; Alvide, Amoreira, Atibá, Atrozela, Bairro da Cruz Vermelha, Bicesse, Cabreiro, Carrascal de Alvide, Manique (Alcabideche); Abóboda, Cabeço de Mouro, Caparide, Conceição da Abóboda, Matarraque, Mato Cheirinhos, Outeiro de Polima, Polima, SDR, Talaíde, Tires, Trajouce, Zambujal (SDR).

Para além de critérios de natureza urbanística (presença de empreendimentos de habitação social e/ou clandestinas/de génese ilegal), foram considerados na identificação das localidades critérios relacionados

com os 2 problemas centrais identificados na EDL: n.º de famílias desempregadas (Problema I. Elevada taxa de desemprego) e níveis de escolaridade (Problema II. Percursos educativos e formativos incompletos que reproduzem desigualdades de oportunidades). Com 122 nacionalidades (SEFStat, 2014) num total de 208.123 residentes, o concelho de Cascais apresenta uma proporção de pop. imigrante superior à média nacional: 9,6 face a 3,9% (Censos, 2011). Importa referir que do total de imigrantes no concelho, 14% residem em habitação municipal e 17% são provenientes dos PALOP. Os residentes originários de países africanos são também preponderantes nas freguesias de Alcabideche e SDR, (20,9% e 23,6% respetivamente), seguindo-se os provenientes do Brasil. No que diz respeito à habitação social, Alcabideche e SDR são as 2 freguesias onde se concentram a maioria dos empreendimentos de habitação social (63% da totalidade): a freguesia de Alcabideche integra mais população em bairros sociais (2.471 indivíduos, 6% na população residente na freguesia) e SDR acolhe 2.147 hab.(3,7% dos residentes).

Duas freguesias numa unidade económica dominada pelo desemprego e depressão económica Segundo os Censos 2011, Alcabideche e SDR contabilizavam 52% dos desempregados do concelho de Cascais, sendo que nestas freguesias residia 50% da população ativa. As taxas de desemprego eram de 12,4% em SDR e 12,7% em Alcabideche, superiores à média do concelho (12,1%). Em maio de 2015 estavam inscritos no IEFP como desempregados 9.708 residentes no concelho, sendo que 50% destes residiam nas freguesias de Alcabideche (2.092) e SDR (2.803). Cerca de 46% dos desempregados inscritos nestes territórios eram considerados desempregados de longa duração (inscritos há mais de 1 ano). No território de incidência encontram-se os grupos desempregados com menos qualificações do concelho: 5% sem 1º ciclo em Alcabideche, num total de 57% com qualificações iguais ou inferiores ao 9º ano. Em SDR registavam-se 4% pessoas desempregadas sem o 1º ciclo, num total de 55% com qualificações iguais ou inferiores ao 9º ano. Estes valores contrastam com as restantes freguesias que registam 1% e 3% de iliteracia e 33% e 39% de inscritos como desempregados com qualificações ao nível do ensino básico ou inferior. Observa-se também a maior proporção de jovens desempregados do concelho - 31% em Alcabideche e 29% em SDR, por comparação com as restantes freguesias (23% e 27%). Ressalva-se que este n.º poderá estar subestimado, já que os atores locais identificam que muitos jovens neste território não se encontram inscritos no IEFP. Por outro lado, Alcabideche e SDR foram freguesias onde se observou a criação de bolsas de desemprego na zona com trabalhadores com mais de 40 anos e baixas qualificações. Uma maioria da população empregada trabalhava por conta de outrem (83%), sendo estes os territórios com maior proporção de empregados por conta de outrem, o que revela menor capacidade/condições para o empreendedorismo e autoemprego. A este respeito destaca-se ainda que, apesar de Cascais ser o 4º concelho do país com maior n.º de novas sociedades constituídas em 2013 (955, PORTDATA) - das quais 30% estão sedeadas em Alcabideche e SDR (INE, 2011) – é também o 3º concelho em n.º de sociedades dissolvidas no mesmo ano (839 sociedades). Ao longo de 2014, foram dissolvidas 1.038 sociedades do concelho (rácio sociedades constituídas vs dissolvidas de 1,1, INE), demonstrando o menor dinamismo da economia e consequente desafio à criação de emprego. No que respeita à dinâmica empresarial, apesar da predominância das atividades económicas inerentes ao setor terciário nas freguesias do interior, nomeadamente comércio e serviços, estas apresentam maior potencial na fixação dos restantes sectores de atividade, principalmente do sector secundário, em resultado da impulsão de corredores de atividade industrial. O perfil das empresas de Alcabideche e SDR é representado maioritariamente por empresas ligadas a comércio e reparação de automóveis e motociclos (27% e 26%, respetivamente). Em Alcabideche destacam-se ainda as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (13%) e a construção (12%) e em SDR a construção (17%) e indústrias transformadoras (11%). Em ambas se observa 8% de atividades de alojamento, restauração e similares. Entre as potencialidades identifica-se a proximidade com parques empresariais de Sintra e Oeiras, o turismo e atividades conexas que apresentam atualmente um potencial de crescimento no concelho (1,2 milhões de dormidas em 2014), apesar das atividades de turismo e alojamentos estarem localizadas predominantemente nas freguesias do litoral (das 64 empresas com alojamento registadas em 2011 pelo INE 6 estavam localizadas em Alcabideche e 2 em SDR). Duas freguesias numa unidade educacional dominada por indicadores escolares abaixo da média do concelho

A população de Cascais apresenta os níveis de instrução mais elevados em comparação com o território nacional (22% de população com o ensino superior). No entanto, Alcabideche e SDR apresentam indicadores de escolaridade abaixo das outras freguesias do município. 1,8% da pop. residente em Alcabideche entre os 6 e 15 anos de idade não frequentava o sistema de ensino (face a 1,5 no município e 1,7% na AML). As percentagens de alunos em abandono ou risco de abandono nos agrupamentos de Alcabideche em 2013/14 são as mais elevadas do município (a mais elevada com 8,24%). Ao nível das habilitações literárias (Censos 2011), Alcabideche apresenta a média mais baixa do concelho - 24,7% dos residentes com o 1º ciclo de escolaridade, 8,7% com o 2º, 16,7% com o 3º, 19,5% com o secundário e apenas 18% com níveis superiores de escolaridade. Também as taxas de analfabetismo em Alcabideche e SDR permanecem as mais elevadas

e com decréscimo menos acentuado (3,64% e 3,16%). Quanto aos indicadores de desempenho escolar, de acordo com dados do ano letivo de 2011/12, os agrupamentos destas 2 freguesias apresentam as taxas de conclusão mais baixas em todos os níveis de ensino face aos restantes do Concelho (e.g. 74,6% no 6º ano e 30,4% no 9º, num agrupamento em Alcabideche).

Duas freguesias numa unidade social dominada pelas fragilidades económicas das famílias
 O n.º de famílias residente em Alcabideche e SDR representa 55% das famílias apoiadas (RSI, apoio alimentar, lojas sociais, atendimento social, gabinetes de apoio ao endividamento, protocolos com farmácia) no concelho. O apoio alimentar é solicitado maioritariamente por mulheres (69%) em idade ativa e de nacionalidade portuguesa (seguida de nacionais de países africanos). Alcabideche é a freguesia que tem mais crianças na composição dos agregados familiares que procuram este apoio. A principal fonte de rendimentos é o ordenado, seguido das prestações sociais, o que dá indicação de que o trabalho não constitui meio suficiente de subsistência para estas famílias. A maior % da população em Alcabideche tem um rendimento per capita entre € 0 - € 50 euros (23,3%), estando em SDR a maior com rendimentos negativos (28,6%). Um dos grupos mais vulneráveis e com dificuldade no acesso a recursos é a comunidade imigrante, principalmente pelo aumento de desemprego e conseqüente dificuldade de renovação da documentação para residência legal. Esta situação conduz a uma maior dificuldade na procura de um trabalho, acentuando a situação de exclusão. As vulnerabilidades das famílias residentes nestes territórios são denunciadas por outros indicadores: maior n.º de beneficiários do RSI do concelho (SDR 575, Alcabideche 409), maior n.º de menores institucionalizados (em 2011, 54,5% dos jovens institucionalizados do concelho residiam em Alcabideche) e de % de pessoas portadoras de algum tipo de incapacidade. Duas freguesias numa unidade institucional com insuficiência de respostas, com trabalho em parceria
 O tecido organizacional de Alcabideche e SDR tem vindo a consolidar-se e a ganhar algum dinamismo, mas continua a ser insuficiente face às necessidades destas freguesias. A taxa de cobertura de equipamento de creche em Alcabideche é a mais baixa do Concelho (28%), sendo a de SDR a 3ª mais baixa (38%). Quanto às respostas à população sénior, a taxa de cobertura de centro de dia e SAD em Alcabideche é a 2ª mais baixa do Concelho, enquanto em SDR verifica-se uma baixa taxa de cobertura de lar de idosos e centros de convívio. Como potencial para uma intervenção colaborativa na implementação EDL, destaca-se ainda que Alcabideche e SDR têm um elevado número de associações culturais sedeadas, com Comissões Sociais de Freguesia e outras redes locais ativas (RODA e Grupo de Empregabilidade Territorial).

Análise SWOT

Principais Oportunidades

População: fixação de nova população no concelho com novas competências e culturas; potencial de sinergia entre população do litoral e interior do concelho
 Educação/Formação: autonomia dos agrupamentos escolares; 12º ano como ensino obrigatório; legislação orientando a adequação da oferta formativa ao mercado de trabalho
 Emprego: existência de recursos a nível concelhio para apoio a criação de emprego e procura de emprego; existência de financiamento público para a criação de emprego
 Mercado: tecido empresarial diversificado no concelho; clusters de atividades no concelho (aeródromo, náutica, hotelaria, eventos)

Principais Pontos Fortes

Principais Ameaças

População: discriminação no acesso a emprego de pop. imigrante; baixas expectativas gerais da pop.; rutura social como risco associado ao desemprego; % jovens NEET
 Educação/Formação: ensino profissional como alternativa para o insucesso no ensino regular; fecho PIEF; desadequação das competências face ao mercado de trabalho; pouca oferta de trabalho qualificado
 Emprego: incentivos insuficientes e desadequados para o acesso a emprego e criação de emprego; estágios profissionais usados como substituição de postos de trabalho
 Mercado: Crise económica e financeira; fecho de empresas

Principais Pontos Fracos

População: crescimento da pop. e de jovens; disponibilidade para formação/ integração mercado de trabalho
 Equipamentos: localização dos equipamentos de ensino, formação e de apoio ao empreendedorismo; entidades sociais diversas e próximas da pop.
 Mercado: micro e pequenas empresas; Start-ups; assoc. empresarial, empresas sociais de inserção
 Outros recursos: boa localização e recursos naturais; elevado n.º de organizações da economia social; trabalho em rede

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

População: baixas qualificações, desemprego, imigrantes sem documentos regularizados, disparidade de rendimentos; elevada % de jovens NEET e com ausência de projetos de vida
 Equipamentos: recursos para apoio a emprego e criação de emprego insuficientes, falta de equipamentos para jovens (Alcabideche); serviços institucionais de procura de emprego com fraca acessibilidade
 Ensino/Formação: elevado abandono escolar e de formação, baixo ranking de escolas; fraca adequabilidade da oferta de ensino formal alternativo; pouco envolvimento das famílias nas escolas
 Outros: fecho de empresas de construção civil; discriminação da população residente imigrante no acesso à formação e apoios

Da análise SWOT realizada foram identificados dois problemas principais no território de incidência: 1) elevada taxa de desemprego da população; e 2) percursos educativos e formativos incompletos que reproduzem desigualdades de oportunidades. Atendendo que as causas destes problemas exigem estratégias concertadas, multisetoriais e contínuas, identificaram-se (abaixo) 5 fatores críticos de sucesso (FCS) para o cumprimento dos objetivos da EDL apresentada pelo DLBC Cascais DesEnvolve.

FCS 1) A capacidade de dinamização do GAL por parte da Comissão Executiva (CE) e Estrutura Técnica Local (ETL), na qual está incluída a Entidade Gestora (EG), conforme previsto no Acordo de Parceria. Considera-se um desafio manter durante 5 (ou 7) anos uma CE dinâmica, envolvida e comprometida, mas essencial para que o GAL e outros agentes do território também se envolvam e participem ativamente na implementação da EDL. O fato da CE e EG terem sido eleitas e conseqüentemente legitimadas para a execução deste mandato, garante que estão reunidas as condições mínimas para o reconhecimento do trabalho a ser desenvolvido, mas não invalida a ocorrência de riscos. Para mitigar este risco de falta de dinamismo ou vitalidade, considera-se fundamental a aposta em metodologias de trabalho inovadoras e pragmáticas, uma boa gestão de expectativas dos membros participantes, flexibilidade - realismo na gestão do tempo e uma ETL qualificada.

FCS 2) Será crucial ao longo da implementação da EDL, apostar na construção de uma identidade e reputação do DLBC DesEnvolve Cascais em torno de valores e princípios como o da transparência, profissionalismo e credibilidade. Para o efeito, considera-se fundamental um alinhamento entre os membros da CE e uma aposta contínua no reforço destes princípios junto do GAL, através da promoção do cumprimento dos papéis definidos no âmbito do Acordo de Parceria e transparência na execução dos mecanismos e dispositivos de análise, seleção, acompanhamento e avaliação dos projetos aprovados no âmbito da EDL.

FCS 3) A acessibilidade aos recursos financeiros, físicos e humanos assume-se como outro fator, dado a região de Lisboa e Vale do Tejo ter uma taxa de cofinanciamento nos FEEI de 50%. É crucial apostar-se numa definição conjunta por parte do GAL de estratégias de angariação de recursos que possam assegurar o cofinanciamento dos projetos aprovados. Acredita-se que é fundamental criar uma cultura de otimização de recursos no território, com base na partilha e gestão eficaz e eficiente dos mesmos, evitando a duplicação de esforços e desperdício, sendo esta promovida através do incentivo ao estabelecimento de parcerias na promoção dos projetos aprovados.

FCS 4) A aposta na clareza da comunicação quer ao nível micro (entre os órgãos do DLBC Cascais DesEnvolve), quer ao nível macro (territórios de incidência) será crucial para o sucesso da EDL e obtenção dos resultados propostos. De forma a potenciar este FCS, será desenvolvido um plano de comunicação onde serão identificados os canais de comunicação mais adequados ao contexto dos territórios e entidades participantes.

FCS 5) O conhecimento profundo sobre os territórios de atuação possuído pelo GAL é crucial para a implementação da EDL pelo que se considera fundamental a sua constante atualização. Neste sentido, a realização de diagnósticos e partilha de conhecimento será uma preocupação constante neste DLBC.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

1. Da análise SWOT à definição da vocação específica

Na análise SWOT, realizada pelo GAL na fase de pré-qualificação e revista na definição da EDL, foram identificados 2 problemas principais no território de incidência: 1) elevada taxa de desemprego da população; 2) percursos educativos e formativos incompletos que reproduzem desigualdades de oportunidades (cf. Anexo 8 Ofício Parecer do GAL proposta de dotação financeira).

Na análise das forças (S), fraquezas (W), oportunidades (O) e ameaças (T) destacou-se em ambos os problemas: existência de recursos locais (S); fragilidade da população residente nomeadamente ao nível de formação e desemprego (W); existência de novas oportunidades de investimento (O); e crescente desigualdade de oportunidades no acesso à educação, emprego e outros serviços (T).

Na definição da EDL procurou-se identificar as principais causas das fraquezas (W) e ameaças (T) analisadas. As causas identificadas pelo GAL associadas ao desemprego da população no território de incidência decorrem de dinâmica regressiva do mercado, da insuficiência de apoios para integração no mercado de trabalho, das baixas qualificações da população e da desigualdade de oportunidades nas condições de empregabilidade e de acesso ao emprego. Por sua vez, as causas associadas aos percursos educativos e formativos incompletos que reproduzem desigualdades de oportunidade decorrem da fraca atratividade dos espaços de ensino e de formação (currículos e gestão top-down do espaço Escola), da pouca ligação dos mesmos ao mercado de trabalho, da insuficiência de respostas para o aumento de percursos de mobilidade social, da desigualdade no acesso a serviços de educação formal, não formal e informal ou outros complementares ao percursos de desenvolvimento pessoal.

A vocação específica da EDL assenta do desenvolvimento de ações que tenham efeito nas causas dos 2 problemas identificados, que por sua vez orientam a definição dos objetivos estratégicos. Assim, a parceria Cascais DesEnvolve – Alcabideche e S. Domingos de Rana pretende contribuir, até 2020, para o aumento do n.º de pessoas empregadas e o n.º de jovens com percursos educativos e formativos completos, como forma de quebrar a reprodução do ciclo de pobreza.

2. Os objetivos estratégicos por áreas temáticas e tipologias de intervenção

No desenho da macro estratégia na fase de pré-qualificação, inicialmente o GAL identificou 38 objetivos estratégicos, que resultou da análise de 10 desafios prioritários.

Atendendo às áreas temáticas e tipologias de intervenção previstas no instrumento DLBC Urbano do POR Lisboa 2020, procurou-se redefinir os desafios prioritários e objetivos estratégicos para o território de incidência, tendo por base uma matriz de prioridade de investimentos (cf. Anexo 4).

Na 2ª fase de qualificação, a análise da matriz resultou na identificação de 5 desafios prioritários, que se assumem nesta EDL como os objetivos estratégicos, e na seleção de 14 objetivos específicos que contribuem para o cumprimento da vocação deste GAL. Após a proposta de dotação financeira recebida na notificação de 30 de Agosto de 2015, o GAL redefiniu os objetivos específicos, apresentando no momento 10 objetivos específicos, 6 dos quais com investimento de fundos próprios a 100%, de forma a não inviabilizar a implementação da EDL.

No âmbito da promoção da inclusão social, através do combate a problemas de exclusão social e de abandono escolar, com ênfase em medidas de inovação e empreendedorismo social em territórios urbanos desfavorecidos, prevista para o instrumento DLBC Urbano, a EDL irá enquadrar-se nas seguintes prioridades de investimento (PI) do POR Lisboa: 9.10/ 9.d - investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER) e 9.6/ 9.vi - estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais (Fundo Social Europeu - FSE), respondendo às seguintes áreas temáticas a) Criação de Emprego e Auto Emprego e b) Exclusão Social e Abandono Escolar.

a) Criação de Emprego e Auto Emprego

O GAL pretende promover iniciativas de mercado de base local que gerem emprego e autoemprego (Objetivo estratégico 1 – OET 1), com soluções inovadoras e/ou que favoreçam o aproveitamento dos recursos endógenos do território.

Para o efeito será crucial o investimento do FEDER nomeadamente nas ações da PI 9.10 Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego – ação e) (e) e Incentivos ao investimento de pequena dimensão e à criação de microempresas onde a criação de emprego é critério fundamental do apoio (i).

b) Exclusão Social e Abandono Escolar

Para esta área temática, o GAL propõe alcançar 4 objetivos estratégicos, com recurso a investimento do FSE e fundos próprios: contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao emprego (OET 2); promover a integração dos jovens no mercado de trabalho, ensino ou formação (OET 3); contribuir para o aumento da eficiência, qualidade e atratividade do sistema de educação e formação (OET 4) e promover a igualdade de oportunidades em contexto escolar (OET 5).

Estes objetivos enquadram-se nas seguintes ações da PI) 9.6: Apoio à elaboração e animação de estratégias locais suportadas em parcerias entre organizações da sociedade civil - ação a) (a); Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar (c) e Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis (e) e Estímulo à inovação no que respeita à procura de novas respostas sociais para a resolução de desafios sociais identificados (h). O cumprimento do OET 2 irá pressupor a ação e) do PI 9.6; do OET 3 a ação h); do OET 4 as ações c) e h); e do OET 5 as ações a) e c).

Em linha com o POR Lisboa, o GAL assume nesta EDL que a resposta aos “elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza” requer uma estratégia complementar entre a “dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos, em geral, da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza, desemprego e exclusão” (POR Lisboa). Para além disto, assume a necessidade de se implementar ações que garantam a quebra da reprodução do ciclo de pobreza e da exclusão social, atendendo às características da população residente no território de incidência.

3. Dos objetivos estratégicos à identificação dos objetivos específicos

No âmbito da promoção de iniciativas de mercado de base local que gerem emprego e autoemprego (OET1), a EDL prevê apoiar e incentivar modelos de negócio que potenciem e privilegiem vantagens competitivas de Alcabideche e SDR (Objetivo específico 1.1 – OEP 1.1) e apoiar a dinamização de iniciativas inovadoras e competitivas que potenciem a criação de emprego e autoemprego (empreendedorismo, empreendedorismo social, microcrédito e outras iniciativas de economia social) (OEP 1.2). Estas iniciativas irão contribuir para a implementação de soluções que promovam o desenvolvimento territorial do ponto de vista socioeconómico, gerando mais postos de trabalho, tendo em vista os recursos existentes e a sua sustentabilidade.

Face à EDL apresentada na 2ª fase de qualificação apresenta-se uma alteração dos OET2 e OET3 – no OET 2 em vez de 4 objetivos específicos apresenta-se 1: reforçar as condições de acesso a emprego e criação de emprego, de grupos vulneráveis incluindo a capacitação de parceiros locais (OEP 2.1); no OET3 em vez de 2 obj. apresenta-se 1: promover competências para a empregabilidade e mecanismos de transição para a vida ativa junto dos jovens NEET (OEP 3.1).

Considerando a vulnerabilidade socioeconómicas da população residente no território de incidência é essencial levar a cabo iniciativas que reforcem as competências dos técnicos locais para a promoção da empregabilidade, as competências da população desempregada e o acesso a serviços e informação, aumentando assim a capacidade de integração no mercado de trabalho. Por outro lado, a elevada taxa de jovens desempregados no território de incidência exige uma aposta em ações de preparação e aproximação dos jovens ao mercado de trabalho, quer para prevenir o aumento dos jovens NEET, quer para a sua integração na vida ativa.

Face à proposta de dotação recebida na notificação de 30 de agosto de 2015, e de forma a não inviabilizar a implementação da EDL, o GAL propõe assumir com fundos próprios a prossecução dos seguintes objetivos: a contribuição para o aumento da eficiência, qualidade e atratividade do sistema de educação e formação (OET 4) prevê a promoção de iniciativas inovadoras de acompanhamento individualizado de alunos e formandos que potenciem a conclusão do percurso escolar e formativo com sucesso (OEP 4.1), o aumento da promoção das iniciativas de formação de professores e outros agentes educativos em soft skills, em empregabilidade e em metodologias ativas inovadoras, complementares às suas competências pedagógicas (OEP 4.2) e a promoção de iniciativas de articulação da educação, formação e mercado de trabalho (OEP 4.3). Para além da aposta em iniciativas que permitam os alunos e formandos aumentarem o seu sucesso escolar e taxa de conclusão é também essencial abranger professores/agentes educativos como forma de aumentar os impactos das ações.

Por último, a promoção da igualdade de oportunidades em contexto escolar (OET 5) visa contribuir para uma maior participação e envolvimento e responsabilidade dos jovens na gestão do espaço-escola e organização dos currículos (OEP 5.1), promover iniciativas que reforcem proximidade e envolvimento das famílias nos percursos educativos e formativos dos educandos (OEP 5.2) e apoiar a disseminação de estratégias integradas de identificação das necessidades das crianças e jovens, ao nível da saúde mental e de articulação entre os serviços e o espaço-escola (OEP 5.3), garantindo assim condições para a quebra do ciclo de pobreza e exclusão.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O DLBC assume-se como um instrumento privilegiado de animação e promoção de uma estratégia integrada de desenvolvimento do território de incidência, nomeadamente através da constituição do GAL. Para além do envolvimento dos parceiros do GAL, apostar-se-á numa abordagem de mapeamento e mobilização de outros atores relevantes e dos seus recursos, o que permitirá assegurar a ausência de duplicação de ações e promover um GAL que se auto-alimenta.

a) Participação dos parceiros, animação e acompanhamento da EDL

O desenho da EDL do Cascais DesEnvolve contou com um forte envolvimento e participação dos parceiros. O Acordo de Parceria, entre as 45 instituições constituintes do GAL (cf. Anexo 1), constitui o instrumento regulador da participação dos vários organismos criados e das comunidades locais. Para além de definir os órgãos constituintes, define também as suas responsabilidades na conceção, elaboração e implementação da EDL. Entre as funções previstas, salienta-se as que asseguram as atividades de animação da parceria e de acompanhamento da EDL: entre os parceiros do GAL, além de reuniões, haverá grupos de trabalho organizados a partir de critérios de complementaridade de know-how e potencial de transmissibilidade interinstitucional. Será promovida uma comunicação direta entre a CE e o GAL, de forma a recolher informação relevante, nomeadamente mapeamento cíclico dos recursos existentes no território, disponibilidade de recursos humanos e know-how para integração em ações específicas. Nas reuniões do GAL poderão participar, sem direito a voto, cidadãos em nome individual, nomeadamente através de encaminhamento seguido da participação nos Fóruns Comunitários (FC). A CE terá a função de promoção da sua participação e da gestão da integração de novos elementos identificados. Anualmente, serão dinamizados FC como estratégia de conferir à população um papel ativo de influência nas políticas e programas públicos.

b) Ações de animação e promoção

Tal como referido anteriormente, a comunicação será um eixo central e crucial para o sucesso da EDL, estando previstas as seguintes ações: publicação de convites à apresentação de propostas e de critérios de seleção associados; devolução de resultados da EDL nos instrumentos de comunicação; publicações de boas-práticas para a mitigação dos problemas identificados e de instrumentos de capacitação dos agentes locais; incentivo à publicação científica dentro dos projetos. Serão privilegiados e ativados canais já existentes e utilizados no território - Plenário do CLAS, Websites das instituições constituintes do GAL, as Comissões Sociais de Freguesia, redes de trabalho locais – entre outros criados no âmbito da EDL como os FC e as “auditorias comunitárias”. Haverá um Seminário inicial com os promotores dos projetos selecionados para alinhamento com a EDL, nomeadamente com os objetivos gerais da EDL e metas a serem cumpridas até 2020, e esclarecimento sobre os instrumentos previstos para a sua monitorização e supervisão. Ao longo da implementação dos projetos serão dinamizadas ações de formação trimestrais que respondam às necessidades identificadas pelos agentes locais e membros do GAL. Estas permitem disseminar boas práticas sobre gestão de projetos, gestão de recursos humanos, dinamização da comunidade local e comunicação e facilitar a partilha de informação e aprendizagens entre os participantes, introduzindo uma componente prática e colaborativa na formação.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

À luz das diretivas da Política de Coesão Europeia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, o território de incidência da EDL partilha com a AML forças, fraquezas, ameaças e oportunidades inscritas na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT-AML), e.g.: existência de “recursos endógenos potenciadores de turismo rural e natureza”; “consolidação e reforço do Terceiro Setor no combate à pobreza e à exclusão social”; entendimento da multiculturalidade “como um elemento estratégico de afirmação criativa e cultural da região”; “desajuste entre as competências produzidas no sistema de ensino e as necessidades das empresas”; existência de “áreas urbanas críticas, caracterizadas pela coexistência de graves problemas sociais e urbanísticos”; “elevada taxa de abandono precoce da educação e formação”; “participação em cursos profissionais no ensino secundário ainda insuficiente”; “elevada taxa de desemprego jovem”; existência de “áreas industriais obsoletas ou em declínio” que “podem configurar localizações de excelência para protagonizar novas dinâmicas económicas” e o contexto favorável ao “despoletar de novas iniciativas no domínio do empreendedorismo social”.

A EDL concorre diretamente para 3 das 6 Prioridades (P) Estratégicas da EIDT-AML: P4 - “Reforçar a vertente de desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável”, nomeadamente ao nível do “Apoio à revitalização física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas” e do seu objetivo temático “Promover a Inclusão e combater a pobreza e a discriminação” (EDL objetivo estratégico - OET 2); P5 - “Promover a capacitação regional no âmbito da inclusão social, incluindo o abandono escolar precoce, num contexto de mobilização concertada da rede social existente no território” (EDL OET 2, 4 e 5),

nas suas 3 linhas de intervenção: “Criação, capacitação e desenvolvimento de redes de atores”; “Identificação e estabelecimento de estratégias integradas para grupos em situação de vulnerabilidade ou em risco de exclusão social”; “Territorialização das intervenções de inclusão social”; e P6 - “Aprofundar e reforçar as dinâmicas económicas locais, incluindo as prioridades em matéria de ajustamento das ofertas formativas e de outras políticas ativas de emprego às características de desenvolvimento do território” (EDL OET 4). Articulando a EDL com o Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020 (PAR Lisboa), tendo em conta as Metas no Quadro da Estratégia Europa 2020 e os desafios estratégicos propostos pelos principais documentos comunitários, a EDL contribui para “melhorar os resultados dos sistemas de ensino e facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho (EDL OET 3, 4 e 5); modernizar os mercados de trabalho e capacitar as pessoas, desenvolvendo as suas qualificações ao longo da vida, com vista a aumentar a participação no mercado de trabalho e a estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e a procura de mão-de-obra (EDL OET 1, 2 e 4); e para que a coesão social e territorial permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver dignamente e participar ativamente na sociedade” (EDL OET 1 e 2). Também na Estratégia Regional Lisboa 2014-2020 a visão global de desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo para a região, concretiza-se na “qualificação do capital humano, promoção do emprego e dinamização do empreendedorismo; e pelo reforço de uma “região coesa e solidária, assegurando condições de igualdade de oportunidades, de equidade social e territorial e de diálogo intercultural, de controlo e prevenção dos fatores de exclusão e de procura incessante de novas respostas de inclusão social”, objetivos com os quais a EDL converge.

Analisando as prioridades estratégicas do Quadro de Ação Regional do PAR Lisboa, e articulando o mesmo com a EDL, verifica-se convergência nos seguintes Domínios-Chave: “Educação, Emprego e Empreendedorismo” e “Inclusão e Inovação Social”. Dentro de cada domínio, a EDL contribui para os seguintes objetivos específicos: “Integrar de forma sustentada os desempregados adultos no mercado de trabalho”; “Promover a inserção de jovens no mercado de trabalho e a empregabilidade”; “Dinamizar o empreendedorismo, a criação de empresas e a criação de empregos por conta própria de forma sustentável”; “Aumentar as intervenções que, de forma integrada e articulada, favoreçam as condições para a melhoria do sucesso educativo dos alunos”; “Melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação/formação e das condições de aprendizagem”; “Facilitar o acesso de grupos vulneráveis ao mercado de trabalho”; “Promover o desenvolvimento do empreendedorismo social e o surgimento de soluções inovadoras e sustentáveis para responder aos desafios da exclusão e da pobreza”.

De acordo com a Estratégia de Sustentabilidade do concelho de Cascais, a EDL promove a visão de Cascais “alavancado por uma governança moderna, assente em redes de conhecimento e confiança mútuas, e ancorado num prestigiado capital humano” e como um “território qualificado, marcado pelas pessoas que nele residem, trabalham ou visitam, bem como pela dinâmica das atividades de elevado valor acrescentado que gera, para o que contribuem o dinamismo e a qualidade da sua sociedade civil.”

Destaca-se a articulação da EDL com os objetivos estratégicos prioritários do Plano Diretor Municipal (PDM) de Cascais: “a promoção da qualidade de vida urbana, da criatividade, conhecimento e inovação, dos valores ambientais e da coesão e inclusão”. A EDL concorre para os objetivos de 3 dos 5 eixos estratégicos do PDM: “Estimular a competição: cooperar para competir, buscando novos nós de valor acrescentado” (E2), “Apostar na diversidade social”, “Fomentar a dinamização social inclusiva” (E4), “Impulsionar a democracia de proximidade” (E5).

A EDL contribui ainda para diversos objetivos do Plano de Desenvolvimento Social de Cascais: A1. Apoiar o acesso ao emprego de grupos com maiores dificuldades de inserção socioprofissional; B1. Promover o direito ao emprego/ocupação, reconhecendo as competências individuais; C1. Aumentar a oferta formativa em consonância com as necessidades do mercado de trabalho e adequada ao perfil dos jovens; A2a. Alargar a cobertura das respostas sociais e promover a equidade no acesso às mesmas; D2. Promover o empreendedorismo e a economia social; D3. Criar mecanismos que promovam a organização e participação dos municípios e das organizações locais na gestão do território; A4a. Alargar e adequar a resposta na área da saúde mental; C6. Promover competências pessoais e sociais através de iniciativas de educação não formal; B7. Respeitar e valorizar as diferenças socioculturais e necessidades individuais, na forma como se disponibiliza informação e C7. Facilitar o acesso à informação que promova a autonomia e desenvolvimento pessoal, familiar e ocupacional.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

A EDL enquadra-se no eixo “Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação” (POISE 3; POR Lisboa 6). As medidas a apoiar referente ao POR Lisboa serão apresentadas com a designação M, tendo-se atribuído uma numeração para a leitura da EDL. Paralelamente serão indicadas as alíneas referentes às tipologias de ação previstas nos dois fundos – FEDER (prioridade de investimento 9.10) e FSE (prioridade de investimento 9.vi) (Cf. Anexo 3 - MEL). A EDL apresenta 5 medidas, das quais as Medida I. e II. a serem financiadas pelo FEDER e fundos próprios, a Medida III. a ser financiada pelo FSE e fundos próprios, e as Medidas IV e V a serem financiadas exclusivamente por fundos próprios. No âmbito do FEDER, a EDL a promove a M I. Incentivos ao investimento de pequena dimensão e à criação de microempresas onde a criação de emprego é critério fundamental do apoio (9.10, i); e M II. Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego (9.10, e). Para as M I. e M II. apresenta-se como objetivo estratégico (OET) 1. Promover iniciativas de mercado de base local que gerem emprego e autoemprego, para o qual contribuam os objetivos específicos (OEP) 1.1 Apoiar e incentivar modelos de negócio que potenciem e privilegiem vantagens competitivas de Alcabideche e SDR. e 1.2 Apoiar a dinamização de iniciativas inovadoras e competitivas que potenciem a criação de emprego e autoemprego (empreendedorismo, empreendedorismo social, microcrédito e outras iniciativas de economia social). Para além da criação de 83 postos de trabalho, estes OEP têm como resultados esperados 52 negócios em áreas que potenciem e privilegiem vantagens competitivas – R1.1 e 10 iniciativas inovadoras e competitivas geradoras de emprego - R1.2. Tendo presente a vulnerabilidade da população, a análise SWOT realizada pelo GAL e a vocação da EDL, o financiamento do FSE será crucial para a mitigação das causas dos problemas identificados. É essencial reforçar competências chave para a integração no mercado de trabalho, promoção do sucesso e taxa de conclusão escolar e formativa e para promoção de iniciativas inovadoras e concertadas. Na M III. Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis, promovida no âmbito do FSE (alínea e) do POR Lisboa), enquadra-se o OET 2 Contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao emprego, com o OEP 2.1 Reforçar as condições de acesso a emprego e criação de emprego, de grupos vulneráveis incluindo a capacitação de parceiros locais e com o OEP 3.1 Promover competências para a empregabilidade e mecanismos de transição para a vida ativa junto dos jovens NEET. Como resultados, espera-se 50% de sucesso de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego e integração no mercado de trabalho das 1200 pessoas a abranger (R2.1) e 50% de jovens integrados no ensino, formação e emprego (R3.1). Na M IV. Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar (alínea c) do POR Lisboa), a EDL pretende contribuir para o aumento da eficiência, qualidade e atratividade do sistema de educação e formação (OET 4), com fundos próprios do GAL, através dos OEP 4.1 Promover iniciativas inovadoras de acompanhamento individualizado de alunos e formandos que potenciem conclusão do percurso escolar e formativo com sucesso, 4.2 Aumentar a promoção das iniciativas de formação de professores e outros agentes educativos em soft skills, em empregabilidade e em metodologias ativas inovadoras, complementares às suas competências pedagógicas, 4.3 Promover iniciativas de articulação da educação, formação e mercado de trabalho, 5.1 Contribuir para uma maior participação e envolvimento e responsabilidade dos jovens na gestão do espaço escola e organização dos currículos e 5.2 Promover iniciativas que reforcem proximidade e envolvimento das famílias nos percursos educativos e formativos dos educandos. Para além da 25% de redução do abandono e insucesso escolar nas instituições abrangidas, espera-se 50% de aumento do sucesso do percurso escolar e formativo dos alunos/formandos abrangidos pelo apoio (R4.1), 50 professores/agentes educativos capacitados em competências para a empregabilidade e metodologias inovadoras (R4.2), 144 atividades realizadas no âmbito de parcerias entre escolas/centros de formação e empresas (R4.3), 20 jovens que participam diretamente na gestão do espaço escola (R5.1) e 150 familiares abrangidos pelo apoio (R5.2). Por sua vez, na M V. Apoio à elaboração e animação de estratégias locais suportadas em parcerias entre organizações da sociedade civil (alínea a) POR Lisboa), o OET 5 Promover a igualdade de oportunidades em contexto escolar irá apoiar a disseminação de estratégias integradas de identificação das necessidades das crianças e jovens, ao nível da saúde mental e de articulação entre os serviços e o espaço-escola (OEP 5.3) contando com 80 professores/agentes educativos capacitados para identificação das necessidades das crianças e adolescentes, ao nível da saúde mental e encaminhamento para serviços adequados (R5.3). Os resultados propostos foram alterados pelo GAL após a proposta de dotação recebida na notificação de 30 de agosto de 2015, de forma a viabilizar a implementação da EDL face à redução de 55% do plano de investimento indicado na 2ª fase de qualificação. Para o cumprimento dos resultados da EDL será determinante a aposta na complementaridade dos recursos locais, nomeadamente dos parceiros do GAL (cf. Anexo 3 – Recursos /Meios).

Definição da estratégia de desenvolvimento local

A EDL do DLBC Urbano Cascais DesEnvolve – Alcabideche e S. Domingos de Rana foi definida no âmbito de um processo participativo, envolvendo os parceiros do GAL em reuniões alargadas e em grupos de trabalho (cf. Anexo 4). Tendo por base a macro estratégia apresentada na fase de pré-qualificação, procurou-se redefinir e focar os objetivos estratégicos (OET) e específicos (OEP) no âmbito das prioridades de investimento 9.10 e 9.vi (POR Lisboa), que demonstrassem maior geração de impacto socioeconómico, a médio e longo prazo. Foram selecionados 6 desafios prioritários para o território a partir dos quais se definiu 5 OET com os respetivos resultados até 2023: 1) promover 62 iniciativas de mercado de base local que gerem emprego e autoemprego; 2) contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao emprego integrando 600 pessoas no mercado de trabalho; 3) 50% dos jovens abrangidos pelo apoio integrados no ensino, formação e emprego; 4) contribuir para o aumento da eficiência, qualidade e atratividade do sistema de educação e formação e 5) promover a igualdade de oportunidades em contexto escolar, ambos com um resultado previsto de 25% aumento do sucesso e conclusão do ensino e formação, das escolas e centros de formação abrangidos pelos projetos a aprovar. Para a definição dos OEP, o GAL selecionou os objetivos da macro estratégia com maior impacto para o território e redefiniu-os, apresentando 14 OEP na elaboração da EDL, na 2ª fase de qualificação do concurso. Após a notificação da proposta de dotação, e tendo presente a redução de 55% do plano de investimentos previsto para a implementação da EDL, o GAL redefiniu os objetivos específicos: manteve os objetivos 1.1. Apoiar e incentivar 52 modelos de negócio que potenciem e privilegiem vantagens competitivas de SDR e Alcabideche; 1.2 Apoiar a dinamização de 10 iniciativas inovadoras e competitivas que potenciem a criação de emprego e autoemprego (empreendedorismo, empreendedorismo social, microcrédito e outras iniciativas de economia social). Os anteriores 2.1 e 2.4 deram origem ao 2.1 Reforçar as condições de acesso a emprego e criação de emprego, de grupos vulneráveis incluindo a capacitação de parceiros locais, procurando integrar 600 pessoas; o 3.1 e 3.2 deram origem ao 3.1 Promover competências para a empregabilidade e mecanismos de transição para a vida ativa junto dos jovens NEET, promovendo através dos projetos aprovados 50% de aumento de jovens integrados no ensino, formação e emprego. Foram eliminados os objetivos 2.2 Promover visibilidade positiva de iniciativas de empreendedorismo, empreendedorismo social e acesso a emprego, empreendidas por grupos vulneráveis e 2.3 Reforçar a oferta e acesso de cursos de alfabetização e formação em competências pessoais e sociais para adultos com base em metodologia inovadores e recurso a agentes locais privilegiados reforçando o seu papel de facilitadores, tendo como objetivo estimular estas iniciativas no território através de outros instrumentos de desenvolvimento territorial. Manteve-se os objetivos 4.1, 4.2, 4.3, 5.1., 5.2 e 5.3, tendo-se alterado os resultados previstos de forma a poderem ser implementados com fundos próprios do GAL: 4.1 Promover iniciativas inovadoras de acompanhamento individualizado de alunos e formandos que potenciem a conclusão do percurso escolar e formativo com sucesso em 50% dos apoiados; 4.2 Aumentar a promoção das iniciativas de formação de 50 professores e outros agentes educativos em soft skills, em empregabilidade e em metodologias ativas inovadoras, complementares às suas competências pedagógicas; 4.3 Promover 144 iniciativas de articulação da educação, formação e mercado de trabalho; 5.1 Contribuir para uma maior participação e envolvimento e responsabilidade de 20 jovens na gestão do espaço escola e organização dos currículos; 5.2 Promover iniciativas que reforcem proximidade e envolvimento de 150 familiares nos percursos educativos e formativos dos educandos e 5.3 Apoiar a disseminação de estratégias integradas de identificação das necessidades das crianças e jovens, ao nível da saúde mental e de articulação entre os serviços e o espaço-escola, envolvendo 80 professores/agentes educativos capacitados para identificação das necessidades das crianças e adolescentes, ao nível da saúde mental e encaminhamento para serviços adequados. A EDL privilegia e potencia os recursos do território - materiais, humanos, naturais - garantindo a sustentabilidade das iniciativas a promover no território após o fim do apoio (cf. Anexo 3 - MEL). Para além de prever a criação de 83 postos de trabalho (FEDER), 50% de sucesso de pessoas apoiadas no âmbito da criação do seu emprego (FSE) e 25% de redução do abandono e insucesso das escolas e centros de formação abrangidos, a EDL prevê também o reforço de competências dos grupos vulneráveis e a sua capacidade de contribuição para o desenvolvimento do território.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização	Indicador de Resultado	Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
--	-------	---------------------------------------	-------------------------	------------------------	--

			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	9.10 alínea i) Medida I. Incentivos ao investimento de pequena dimensão e à criação de microempresas onde a criação de emprego é critério fundamental do apoio	Empresas que beneficiam de apoio	26,00	52,00	Postos de trabalho criados	42,00	70,00	245 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	9.10 alínea e) Medida II. Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego	Empresas que beneficiam de apoio	4,00	10,00	Postos de trabalho criados	8,00	13,00	50 000,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	9.vi alínea e) Medida III. Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	34,00	84,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	50,00	50,00	1 070 239,28€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	9.10 alínea i) Medida I. Incentivos ao investimento de pequena dimensão e à criação de microempresas onde a criação de emprego é critério fundamental do apoio				Negócios em áreas que privilegiam vantagens competitivas	26,00	52,00	0,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	9.10 alínea e) Medida II. Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho				Iniciativas inovadoras e competitivas geradoras de emprego	4,00	10,00	0,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	9.vi alínea e) Medida III. Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis	Pessoas apoiadas no âmbito da procura de emprego e competências para a empregabilidade	446,00	1116,00				0,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	9.vi alínea e) Medida III. Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis				Aumento de jovens abrangidos, integrados no ensino, formação e emprego	30,00	50,00	0,00€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	9.vi alínea c) Medida IV. Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar				Aumento do sucesso do percurso escolar e formativo dos alunos/formandos abrangidos pelo apoio	25,00	50,00	0,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	9.vi alínea c) Medida IV. Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar	Professores/agentes educativos capacitados com competências para a empregabilidade e metodologias inovadoras	20,00	50,00				0,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	9.vi alínea c) Medida IV. Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar	Atividades realizadas no âmbito de parcerias entre escolas/centros de formação e empresas	70,00	144,00				0,00€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	9.vi alínea c) Medida IV. Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar				Jovens que participam diretamente na gestão do espaço escola	10,00	20,00	0,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	9.vi alínea c) Medida IV. Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar	Familiares abrangidos pelo apoio	60,00	150,00				0,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	9.vi alínea a) V. Apoio à elaboração e animação de estratégias locais suportadas em parcerias entre organizações da sociedade civil				Professores/agentes educativos capacitados para identificação das necessidades das crianças e adolescentes, ao nível da saúde mental e encaminhamento para serviços adequados	40,00	80,00	0,00€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	9.vi alínea c) Medida IV. Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar	N.º Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	1,00	2,00				0,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	9 vi alínea e) Medida III. Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis				Pessoas integradas no mercado de trabalho após o apoio à procura de emprego	50,00	50,00	0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	295 000,00€
FSE	1 070 239,28€
Total	1 365 239,28€

Pressupostos

Para além da análise de fontes secundárias (cf. Anexos 4, 5 e Situação atual do território), os objetivos e resultados da EDL sustentam-se no conhecimento e experiência de intervenção dos parceiros do GAL sobre a realidade do território de incidência, tendo sido realizado um inquérito online junto do GAL para aferir e sustentar os dados apresentados. Os obj. e resultados 1.1 e 1.2 cruzam dados estatísticos (IEFP e INE - nível nac.) e experiências em territórios urbanos semelhantes na área do empreendedorismo e empreend. social e inclusivo. Foram consideradas as seguintes variáveis: nº de empresas criadas em 2013, nº de dissoluções no mesmo ano (rácio 1,14); nível de escolarização dos empreendedores (inclui o autoemprego) a nível nacional e Cascais e total da pop. no território. Em 2013 Cascais teve 955 novas empresas criadas e 839 dissoluções, ou seja, um crescimento de 116 novas empresas. Dado 30% das empresas se situarem no território, obteve-se 35 novas empresas. Pelo fato da presente EDL incidir junto de localidades e pop. em situação vulnerabilidade, aplicou-se um rácio mais baixo (1,05, em vez de 1,14) tendo-se obtido um resultado de 14 novos postos de trabalho (14 x 5 anos). A aplicação deste rácio teve em consideração a baixa de escolaridade da pop. local, dado que os diplomados do Ens. Secundário e Superior sobressaem nos Apoios à Criação do Próprio Emprego (55,8%, IEFP). Constatou-se ainda que experiências locais (DNA Cascais – Proj. Get Geração de Empreendedores com Talento, 2012) que envolveu 80 candidaturas e 60 selecionados, dos quais 16 empreendedores terminaram o processo, tendo-se concluído 3 planos de negócio e estando atualmente 1 negócio em funcionamento (1,6% de sucesso). No 2.1 considerou-se a baixa taxa de sucesso de iniciativas locais de empreendedorismo (1,6%), a Taxa de Atividade Empreendedora Early-Stage (TAE) indicada pela Sociedade Portuguesa de Inovação (7,5%, PT 2011) e os indicadores de desempenho dos GIP locais. Das 1200 pessoas a apoiar, considera-se que 7% irão ser apoiadas na criação de emprego, 93% na procura de emprego e 50% destas irão ser integradas no mercado de trabalho. No OET 3, o GAL pressupõe que os jovens com maiores competências pessoais, sociais e técnicas têm mais oportunidades de integração no mercado de trabalho, sendo que se irá promover a implementação de 6 proj. (85.111,25€ cada). No OET 4 pretende-se abranger os 5 agrupamentos de escolas do território, considerando a existência do Regime jurídico de autonomia, administração e gestão da educação (Reg. Aut.). Prevê ainda que: a adequação das metodologias de ensino aumenta a atratividade do ensino; a definição dos objetivos e o aumento de expectativas dos jovens aumenta o seu sucesso socioprofissional e a aproximação dos jovens ao mercado de trabalho aumenta a sua motivação/sucesso escolar. No 4.1 prevê-se apoiar 4 proj com duração 2 anos (100.000€/proj.), no 4.2 prevê-se investir 600€ por cada part., ao longo dos 5 anos e no 4.3 prevê-se apoiar 6 projetos (40.000€/proj.). O OET 5 pressupõe a existência do Reg. Aut. - que a partilha de responsabilidades no espaço escola aumenta a atratividade do ensino e que a promoção de saúde dos grupos vulneráveis aumenta a sua participação ativa na sociedade, nomeadamente a integração no mercado de trabalho. Considerando o valor que os parceiros do GAL indicam investir para a promoção de iniciativas inovadoras de combate ao abandono/insucesso escolar, prevê-se um investimento de 410€/part.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

A presente EDL enquadra-se num DLBC Urbano.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

1. Descrição do modelo organizacional de gestão

A execução da EDL será assegurada pelo GAL, constituído por 45 parceiros. Inicialmente os parceiros do GAL elegeram 11 entidades (6 privadas e 5 públicas) para o Órgão de Gestão, doravante designado por Comissão Executiva (CE), no qual está integrada a Entidade Gestora (EG) - TESE. Nesta 2ª fase de candidatura, a CE foi reduzida a 7 entidades (4 privados e 3 públicas).

A Estrutura Técnica Local (ETL) será constituída por técnicos da Entidade Gestora e um dos parceiros da CE com habilitações profissionais distintas e complementares, de forma de garantir a eficiência e eficácia da implementação da EDL (cf. Anexo 2). As competências de gestão na equipa serão essenciais para a gestão dos fundos públicos afetos ao DLBC e interlocução com o Gabinete de Gestão do instrumento DLBC.

Para além destes órgãos, o GAL contará com o aconselhamento do Conselho Consultivo (a constituir com membros da comunidade científica, decisores políticos e outros peritos), do Concelho Local de Ação Social de Cascais da Rede Social (CLAS) e com a co construção dos cidadãos do território de incidência nos

Fóruns Comunitários – (cf. Anexo 5. Candidatura Pré-Qualificação).

Funções da CE:

- Apoiar o GAL a identificar desafios, estratégias e orientações de atuação, mobilizando ferramentas de planeamento operacional;
- Propor a constituição do CC;
- Preparar e publicar convites à apresentação de candidaturas e definir critérios de seleção;
- Articular e garantir o acompanhamento do CC, do CLAS e a dinamização dos FC;
- Receber e avaliar as candidaturas de projetos;
- Respeitar a coerência com a EDL ao selecionar projetos e prioridades;
- Selecionar projetos e fixar o montante do apoio;
- Monitorizar a execução e avaliar a EDL e projetos apoiados;
- Promover a participação dos membros do GAL e gerir a integração de novos parceiros;
- Organizar ações de formação de agentes locais, reforçando a sua capacitação e alinhamento com a EDL;
- Organizar eventos de discussão e divulgação das atividades da EDL;
- Reunir com estruturas locais, nacionais e internacionais com vista à concertação das intervenções.

Funções da ETL:

- Receber e gerir fundos públicos afetos ao DLBC e prestar informação necessária ao Gabinete de Gestão deste instrumento e à parceria;
- Fazer a interlocução com o Gabinete de Gestão do DLBC;
- Coordenar as atividades de implementação da EDL;
- Acompanhar e recolher dados para monitorização e avaliação da EDL;
- Reunir com parceiros com vista à recolha de contributos para a criação de instrumentos de trabalho;
- Produzir publicações de divulgação da EDL, de boas práticas, instrumentos de capacitação dos agentes locais, projetos realizados, etc.

2. Circuitos de funcionamento das Estruturas

Para além das assembleias trimestrais do GAL, serão realizadas reuniões extraordinárias nos períodos de candidaturas para validação dos projetos (1º validação realizada pela ETL, 2º CE e 3º GAL para aprovação final). Um representante do GAL irá poder participar nas reuniões do CLAS (sem direito a voto), assim como, um representante do CLAS irá estar presente nas reuniões ordinárias do GAL e nas reuniões extraordinárias, sempre que sejam convocadas pela CE. No momento das candidaturas, os projetos poderão selecionar membros do GAL para constituir grupos de trabalho, organizados a partir de critérios de complementaridade de know-how existente no território para acompanhamento dos projetos aprovados. Estes grupos de trabalho serão constituídos por 1 membro da ETL e 2 membros do GAL).

A CE irá reunir mensalmente para acompanhamento da execução da EDL e avaliação, tendo previstas reuniões extraordinárias nos períodos de candidaturas para aprovação dos projetos. As deliberações serão por votação (maioria relativa), sendo que cada membro terá 1 voto. Os membros não irão participar em decisões que lhe digam diretamente respeito. Nestas reuniões a CE irá receber informação da ETL relativamente à execução financeira, acompanhamento e execução física da EDL. Anualmente a CE irá dinamizar os Fóruns Comunitários, juntando os parceiros do GAL, para garantir uma co-construção e avaliação das políticas de desenvolvimento local com os cidadãos. Poderão ser realizados Fóruns Comunitários extraordinários para auscultação da população.

A ETL, liderada pela Entidade Gestora, fará o acompanhamento regular da EDL, assumindo a interlocução com o Gabinete de Gestão do instrumento DLBC. Irá mobilizar a CE para reuniões extraordinárias sempre que necessário responder a novos desafios e/ou fazer reajustamentos à EDL. A ETL não terá direito a voto. A Entidade Gestora não irá ser promotora ou beneficiária dos projetos candidatos.

Por sua vez o CC, articulará diretamente com a CE em 2 reuniões por ano convocadas por este órgão. A informação produzida pelo CC (implementação, monitorização e avaliação interna na EDL) será remetida para discussão nas reuniões do GAL, através da CE.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

1. Circuitos de análise, parecer e decisão/ proposta dos projetos

Por deliberação do GAL serão dinamizadas 2 fases de candidaturas de novos projetos – 1ª de pré-qualificação e 2ª de qualificação - em cada abertura de concurso. Esta modalidade irá permitir um maior ajustamento dos projetos aprovados à EDL e garantir os princípios e pressupostos da EDL - o princípio de parceria e os pressupostos de otimização de recursos, de articulação, não discriminação e transparência. Após a publicação dos Avisos de Concurso e do Regulamento Geral, os candidatos terão 45 dias para

submeter uma candidatura online, em formulário próprio para a 1ª fase.

A avaliação será realizada com a seguinte sequência: 1º) triagem inicial realizada pela ETL, para verificação do cumprimento dos requisitos e pedidos de esclarecimentos adicionais; 2º) ETL preenche grelhas de avaliação com os critérios de seleção e de exclusão e envia avisos de exclusão para entidades candidatas poderem contestar durante os 10 dias seguintes; 3º) ETL avalia os requerimentos das contestações e envia grelhas de avaliação para CE; 4º) CE valida os projetos pré-selecionados, compondo uma lista de avaliação de todos os projetos; 5º) ETL publica listagem de avaliação dos projetos com a indicação do projetos pré-selecionados; 6º) é realizada uma sessão de apresentação dos projetos junto do GAL, para decisão dos projetos a selecionar para a 2ª fase (com base na avaliação preenchida por ETL e validada por CE).

Após a publicação da listagem de projetos selecionados para a 2ª fase, e incluindo os 10 dias para reclamação da decisão, as entidades promotoras dos projetos candidatos terão 30 dias para elaborar as candidaturas com o apoio da ETL, promovendo esta o ajustamento à EDL e o cumprimento dos princípios e pressupostos definidos pelo GAL. Após este apoio a CE pré-seleciona as candidaturas, tendo por base a grelha de avaliação. Posteriormente, é realizada uma sessão de apresentação dos projetos para aprovação final da 2ª fase, sendo publicado a listagem final dos projetos aprovados, garantindo-se 10 dias para o período de receção de reclamações da decisão final, as quais serão avaliadas pela CE.

2. Dispositivos técnico-administrativos para análise, seleção e acompanhamento independente dos projetos Tendo por base o regulamento interno do GAL, serão elaborados os regulamentos gerais de cada concurso para projetos a serem apoiados e os respetivos de Avisos de Concurso e Manual de Procedimentos.

A ETL irá elaborar as Fichas de Avaliação de projetos que servirão de base para análise e seleção dos projetos, que irá considerar dimensões de inovação, contributo para o cumprimento da visão e resultados da EDL e Estratégia do Portugal 2020, sustentabilidade, diagnóstico, diversidade de parcerias e demonstração de partilha de recursos.

Para a análise e avaliação dos projetos, serão criados Fichas de Parecer Técnico, Fichas de Decisão e listagens com a avaliação dos projetos. As sessões de apresentação dos projetos candidatos na 1ª e 2ª fases terão um modelo de apresentação, criado pela ETL, para garantir paridade nas apresentações, a realizar pelas entidades candidatas ao GAL.

3. Ações e instrumentos para acompanhamento da EDL

A eficiência da EDL será garantida por um acompanhamento regular dos projetos aprovados, promovendo uma cultura de aprendizagem e partilha de informação sistemática.

Na fase de implementação da EDL será realizado um Seminário inicial com os projetos aprovados para o alinhamento dos mesmos com a EDL. Este momento de arranque irá permitir uma corresponsabilização pelas metas a alcançar e enquadrar a forma como os resultados de cada um dos projetos aprovados irá permitir alcançá-las.

O acompanhamento dos projetos será realizado através de uma Ficha de Monitorização (execução física e financeira, afetação de recursos humanos, parcerias, resultados, comunicação e articulação com comunidade local), a ser utilizada trimestralmente pelos grupos de trabalho afetos ao projeto em curso (um membro da ETL e 2 membros do GAL) e por Relatórios de Auto Avaliação (de progresso e finais), apresentados pelas entidades promotoras dos projetos em curso à ETL. A análise destes instrumentos será realizada pela ETL e apresentada à CE. Em situação de desajustamento face ao cumprimento da EDL, esta reunirá com o CC, com CLAS e Fóruns Comunitários com vista à identificação de estratégias que permitam o reajustamento da EDL tendo em vista os resultados contratualizados, a serem validadas pelo GAL.

Para promover uma capacitação contínua dos agentes locais e membros do GAL serão dinamizadas ações de formação que respondam às suas necessidades, promovendo simultaneamente a partilha de informação entre os participantes e a disseminação de boas-práticas.

Será também criada uma rede online de partilha de dúvidas, necessidades e evidências da concretização dos resultados dos projetos que permitirá: a) uma leitura rápida para a coordenação da EDL e b) um envolvimento dos diferentes agentes locais na identificação de soluções e outras experiências que considerem relevantes. Esta rede terá como objetivo estimular uma visão coletiva para as mudanças que se pretende gerar no território.

4. Modalidade e instrumentos para avaliação da EDL

Para a avaliação interna a CE irá recolher informação revelante à monitorização e avaliação dos projetos e da sua contribuição para a EDL, através dos instrumentos atrás apresentados. Por sua vez, o GAL irá proceder à implementação dos reajustamentos identificados pela CE, CC, CLAS e Fóruns Comunitários. Esta abordagem ascendente permitirá garantir a capacitação dos agentes locais e a transparência do processo.

Propõe-se uma avaliação ongoing que assegure: avaliação da pertinência, pressupondo uma constante atualização do diagnóstico, de forma a captar a partilha das várias instituições e participantes do projeto; avaliação da eficiência através da verificação da boa afetação dos recursos ao nível do território que são utilizados pelos projetos que executam resultados estratégicos; avaliação da eficácia através da avaliação da

concretização dos objetivos específicos; o envolvimento dos vários intervenientes, garantindo o caráter participativo e democrático e a avaliação de sustentabilidade, através da ponderação dos fatores de continuidade dos projetos e da organização da parceria, nomeadamente as respostas criadas durante a sua execução (viabilidade económico-financeira, enquadramento institucional, coerência social e cultural e enraizamento territorial).

Após 12 meses da conclusão dos apoios aos projetos, as entidades promotoras deverão remeter à ETL os Relatórios de Resultado, para aferição dos resultados globais da intervenção.

Para além da avaliação externa do CC, o CLAS e os Fóruns Comunitários irão permitir aferir os resultados dos projetos das comunidades, assim como poderão ainda ser realizados estudos ad hoc, que permitam um acompanhamento do surgimento de necessidades emergentes.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo3_MEL_revistaDez15.pdf	15/12/2015 15:57	506007910
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo8_Oficio_ParecerGAL_proposta_dotacao_financeira_Dez2015.pdf	15/12/2015 16:09	230043046
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-020.pdf	30/09/2015 18:00	
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo6_Docs_Parceiros_7.pdf	24/07/2015 11:00	230043046
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo6_Docs_Parceiros_4.pdf	24/07/2015 10:56	230043046
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo6_Docs_Parceiros_10.pdf	24/07/2015 11:03	230043046
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo6_Docs_Parceiros_9.pdf	24/07/2015 11:02	230043046
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo6_Docs_Parceiros_5.pdf	24/07/2015 10:58	230043046
Protocolo de parceria	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo1_Acordo_parceria.pdf	24/07/2015 10:36	230043046
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo6_Docs_Parceiros_6.pdf	24/07/2015 10:59	230043046
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo2_Orgao_Gestao_ETL.pdf	24/07/2015 10:36	230043046
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo5_Candidatura_prequalificacao_mais_a_denda.pdf	24/07/2015 10:51	230043046
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo6_Docs_Parceiros_11.pdf	24/07/2015 11:03	230043046
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-020.pdf	15/12/2015 16:30	
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo6_Docs_Parceiros_1.pdf	24/07/2015 10:53	230043046
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo6_Docs_Parceiros_2.pdf	24/07/2015 10:53	230043046
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo7_Pedido_aprovacao_novos_parceiros_GAL.pdf	24/07/2015 15:00	230043046
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo4_Processo_definicao_EDL.pdf	24/07/2015 10:51	230043046
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo6_Docs_Parceiros_8.pdf	24/07/2015 11:01	230043046
Outros	DLBC2_Cascais_DesEnvolve_Anexo6_Docs_Parceiros_3.pdf	24/07/2015 10:54	230043046
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-020.pdf	24/07/2015 20:50	230043046

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	TESE - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PELA TECNOLOGIA, ENGENHARIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO	NIF	506007910
Submetido por	SARA RODRIGUES DE ALMEIDA	NIF	230043046
Data de Submissão	15-12-2015		